



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO	
PEC nº 103/2011	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Combustíveis	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
ICMS/polêmica	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Follow_Up	5
ECONOMIA	
A CRITICA	
sim & não	6
OPINIÃO	
A CRITICA	
AMAZÔNIA	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
Governo concentrado no ICMS de 4%	8
ECONOMIA	
A CRITICA	
Reforma do ICMS põe em cheque economia amazonense - Parte I	9
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Governo fará esforço concentrado para resolver impasses da unificação do ICMS	10
ECONOMIA	
MASKATE	
Líderes do PIM desmentem paulistas	11
MASKATE	
Líderes do PIM desmentem paulistas (continuação).....	12

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

CAPÁ

Governo recua e define mudança na Lei do ICMS

O governador Omar Aziz enviará hoje para Assembléia um novo projeto de lei que manterá em 25% a alíquota do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadoria) da gasolina. Em

reunião realizada nesta terça-feira, Omar decidiu acatar o pedido da Aleam (Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas) e recuou quanto à lei 112/12, que previa o aumento

na alíquota do ICMS para 30% no Estado do Amazonas. A decisão foi tomada depois de muita pressão por parte da sociedade civil organizada que considerava desnecessário o aumento de 5%

da alíquota estadual, diante de uma série de reajustes de preços já efetuados no início deste ano, o que poderia engessar o setor produtivo e diminuir a capacidade de consumo da população.

Também será formado um grupo técnico de deputados que, junto a Sefaz, discutirão, pelo prazo máximo de 15 dias, qual medida será adotada em relação ao ICMS da cesta básica.

Página A5

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

PEC nº 103/2011

ENGº RAIMUNDO LOPES FILHO*

Decorridos quase dois anos após a presidente Dilma Rousseff anunciar a prorrogação da Zona Franca de Manaus (ZFM) por mais 50 anos, foi finalmente constituida, no último dia 19/03, a Comissão Especial (CE) na Câmara dos Deputados para acompanhar a elaboração da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 103/2011.

A ZFM foi criada em 1967 com duração prevista de 25 anos. Antes de expirar esse

prazo, a Constituição Federal prorrogou a vigência do modelo por mais 25 anos, como estabelecido no art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Posteriormente foram acrescidos mais 10 (dez) anos ao período inicial, por força do Art. 92 do ADCT, com término estabelecido para o ano 2023. A

PEC 103/2011, se aprovada, acrescentará à Carta Magna o artigo 92-A que, por sua vez,

incrementará cinquenta anos ao prazo atual, levando-o para 2073.

Em cumprimento ao rito constitucional, foi preliminarmente aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) a admissibilidade, juridicidade e técnica legislativa da matéria, conforme relatório do deputado Henrique Oliveira (PR-AM), aceito por unanimidade de seus membros.

A bancada do Amazonas ficou com a relatoria da CE, cabendo ao deputado Átila Lins a importante tarefa de redigir o documento final que será levado

ao plenário da Câmara dos Deputados.

Enquanto a PEC dos 50 anos avança, permanece inalterada a tramitação do projeto de lei 2.633/11, que amplia os benefícios da ZFM aos 11 Municípios da Região Metropolitana de Manaus (RMM), que abrange, além da capital, os municípios de Iranduba, Manacapuru, Nova Airão, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Manaquiri, Silves, Autazes, Careiro e Careiro da Várzea. O Projeto altera o Artigo 2º do decreto-lei nº 288/1967, que demarcou a ZFM na margem

esquerda do Rio Negro, passando de uma superfície de 10.000 km², na Cidade de Manaus, para 101.910 km², que é o somatório das áreas dos municípios que constituem a RMM, atravessando os Rios Negro, Solimões e Amazônia.

Conforme consta da exposição de motivos que capela a mensagem presidencial, o projeto visa prolongar por mais 50 (cin-

* é diretor da PROJEC Projetos e Consultoria Ltda., projec@argo.com.br

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

Combustíveis

Governo recua e gasolina não vai subir

Após reunião com deputados e Sefaz, governador Omar decide pelo fim do aumento do ICMS sobre os combustíveis

Por Osvaldo Henriques

As expectativas dos deputados amazonenses foram atendidas e o governador Omar Aziz enviará hoje para a Assembleia um novo projeto de lei que manterá em 25% a alíquota do ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias) da gasolina. Em reunião realizada nesta terça-feira, Omar decidiu acatar o pedido da Aleam (Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas) e recuar quanto à lei 112/12, que previa o aumento na alíquota do ICMS para 30% no estado do Amazonas. A decisão foi tomada depois de muita pressão por parte da bancada amazonense que considerava desnecessário o aumento de 5% da alíquota estadual, tendo em vista que já havia sido realizado no início do ano, pela Petrobrás, um aumento de 6,6% no valor da gasolina e 5,4% no valor do etanol.

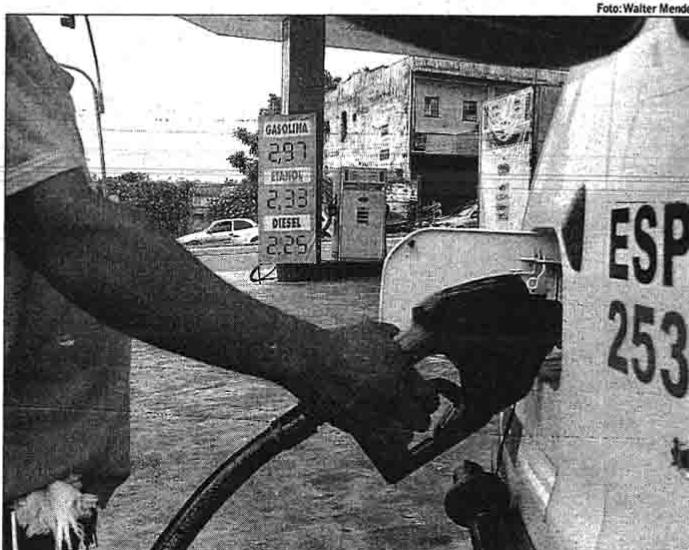
O deputado Luiz Castro (PPS) elogiou a posição do governo. "Com cooperação e diálogo conseguiremos uma

solução. O governador se mostrou disposto e entendeu que não deveria ocorrer o aumento que nos deixaria com uma das gasolina mais caras do país." O levantamento realizado pela ANP (Agência Nacional de Petróleo) estima que a média do litro da gasolina na cidade é de R\$2,978, variando entre R\$2,83 e R\$3,05, o que coloca Manaus como a sétima gasolina mais cara do país.

Do outro lado, estava a Sefaz

Levantamento realizado pela ANP estima que a média do litro da gasolina na cidade é de R\$ 2,978, variando entre R\$ 2,83 e R\$ 3,05

(Secretaria da Fazenda) que defendia que o aumento era necessário em virtude de perdas tributárias estimadas em R\$335 milhões. O secretário da Fazenda, Afonso Lobo justifica essa perda de arrecadação devido à mudança da matriz energética do diesel para o gás, que gerou um abatimento de 260 milhões, e dos cortes com o corredor de importação. No entanto sempre deixou claro que acataria a decisão do go-



Recuo nessa questão precisa da comprovação de que isso irá influenciar o preço final para o consumidor

vernador Omar Aziz.

O deputado Marcelo Ramos (PSB), que havia entrado com Ação de Inconstitucionalidade sobre a medida, também destacou que 37 milhões de litros

de diesel são consumidos em média por mês em Manaus, o que segundo o deputado, com os aumentos que já ocorreram no ano, seria o suficiente para os cofres estaduais já terem registrado ganhos.

Grupo discutirá aumento do ICMS sobre cesta básica

A reunião também serviu para que os deputados discutissem com o governador o aumento de 16% do ICMS da

cesta básica. Será formado um grupo técnico composto por um número igual de deputados da situação e da oposição que, junto a Sefaz discutirão, pelo prazo máximo de 15 dias, qual medida será adotada em relação ao ICMS da cesta básica.

O deputado Sinésio Campos (PT), explicou que o governador se mostrou disposto a recuar nessa questão, desde que fique comprovado que isso irá influenciar o preço final para o consumidor. "Ele cobrou essa diminuição, e que o preço não acabe na mão dos empresários, mas para a população também modifique. Para que aja a diminuição é preciso dar garantias de que o preço final realmente baixará", explicou.

O deputado Luiz Castro destacou que será um dos deputados que irá compor esse grupo de trabalho e irá buscar formas para que o governo recue nessa questão também. "Mos-trei para o governador que o Amazonas, que tinha o menor ICMS sobre cesta básica do Brasil, com 1%, passou a ser o maior do país, com 17%. Espero que possamos voltar aos 1%" comentou o deputado.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

ICMS/polêmica

Ganhos da população compensa perdas

O compromisso assumido pelo governador Omar Aziz em rever o aumento da alíquota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) dos produtos da cesta básica no Estado, foi o assunto abordado pelo deputado estadual Marcelo Ramos (PSB), ontem, durante pequeno expediente da Aleam (Assembleia Legislativa do Amazonas).

Lembrando que o governador reuniu a bancada governista e declarou o compromisso de rever a questão da exoneração do imposto, o parlamentar disse que até agora, a

poucos dias de acabar o prazo, a Aleam não recebeu o projeto de lei complementar revendo a alíquota.

"Quero crer que a palavra do governador do Estado tem valor e aguardo que antes do dia 1º de abril, o projeto com esta mudança chegue a esta Casa Legislativa", solicitou.

O parlamentar lembrou que a presidente Dilma Rousseff desonerou todos os itens da cesta básica de imposto federal e disse que o governo do Amazonas está indo no sentido contrário ao elevar a carga tributária dos mesmos

produtos.

"O governo do Estado, com essa decisão equivocada, vai na contramão do que é tendência.

Deveria seguir o exemplo do que disse a presidente de que o benefício na vida da população compensa as perdas financeiras", criticou.

Ainda segundo Ramos, o secretário da Sefaz, Afonso Lôbo, fez declarações equivocadas quando disse que a isenção do ICMS, concedida pelo governo do Amazonas, nunca chegou ao consumidor, mas que os preços dos produtos vão diminuir com o corte realizado pelo governo federal. "Isso não deve ser sério", questionou.

Além disso, ele avaliou que o titular da Sefaz desrespeitou os deputados estaduais quando disse que eles estão questionando as perdas, mas nenhum citou como elas serão compensadas.

De acordo com o socialista, a resposta é simples. "Para compensar as perdas tem que cortar gastos extras com contratos que desperdiçam dinheiro, assim como acabar com tantos cargos comissionados", exemplificou.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

Follow_Up



UEA, consolidação e desafios

Em nome do avanço democrático que descrevem a gestão do interesse coletivo, e para cumprir promessas assumidas anteriormente, o governador Omar Aziz anunciou nesta segunda-feira que a Universidade do Estado do Amazonas, UEA, deverá promover eleições diretas para escolha de reitor, a partir de 2014. Ele destacou que a medida integra um conjunto de iniciativas de consolidação da Universidade, entre elas, a construção da Cidade Universitária, no município de Iranduba e a melhoria das condições de trabalho dos professores.

Estatutos

Ora em processo de revisão e ajustes, os Estatutos da Universidade buscam ajustar seu estribô legal às demandas dos

novos tempos, dos novos desafios de uma sociedade em constante mudança. Entre os ajustes, há uma expectativa de parceria do setor produtivo - base material integrante dos suportes da instituição - com a política educacional da UEA. Uma parceria estabelecida no interesse e bem comum, que identifique pontos e objetivos conjuntos de uma aproximação fecunda, dinâmica, estratégica e de longo prazo. Na medida em que o ensino, a pesquisa e a extensão podem sugerir, iluminar e ajustar o processo produtivo, suas escolhas e definições, nessa mesma medida, a indústria pode propor linhas de investigação, encomendas de projetos, demandas de novas tecnologias e de inovação de produtos. Parte significativa dos recursos que movimen-

tam instituições como a USP e a UNICAMP-SP, é importante anotar, resultam exatamente dessa prestação de serviços aos parceiros da indústria.

Incentivos e contrapartidas

- Numa incursão ao conjunto de leis que dão amparo à política estadual de incentivos, sintetizada na Lei n. 2826, de setembro de 2003, está localizada e estabelecida a contrapartida das empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, para o suporte financeiro da UEA, algo em torno de 1,3% dos respectivos faturamentos. Este montante substantivo, repassado ao Tesouro estadual, tem viabilizado com sobra o projeto educacional da instituição.

Assim como nos demais fundos de contrapartida institucional, as empresas reivindicam integrar os respectivos Conselhos de assessoramento, como ocorreu no passado, na gestão da UTAM, Instituto de Tecnologia da Amazônia, onde as entidades empresariais compartilhavam as discussões proativas e iniciativas conjuntas relacionadas ao cotidiano acadêmico, partilhando ações, atribuições e propósitos de todos em nome do interesse geral.

Lacunas

Em 2012, o Centro das Indústrias, CIEAM, em conjunto com a FIEAM, constatou através de rigorosa pesquisa que de 36% dos profissionais de nível técnico, 33% dos engenheiros e 31% dos trabalhadores de nível superior ainda são oriundos de outros estados. A pesquisa focou

problema atual e futuro da falta de profissionais qualificados para atender as demandas do Polo Industrial de Manaus.

Demandas

Enquanto o polo gás-químico e de fertilizantes não se consolidam, e o polo de bioindústria segue na expectativa do marco regulatório - para dar segurança jurídica aos empreendedores - a carência de profissionais qualificados é predominante nos setores de mecânica, eletroeletrônica, elétrica, ferramentaria, automação, processo e qualidade. Para as empresas, a demanda atual e para os próximos cinco anos por profissionais de nível médio será em automação, contabilidade e manutenção, e para nível superior, as áreas mais solicitadas serão materiais, eletrônica e produção. Empresas e academia, uma conjunção de benefícios que é preciso revisitar, fortalecer e equacionar.

As empresas reivindicam integrar os respectivos Conselhos de assessoramento, como ocorreu no passado, na gestão da Utam

34% de 102 empresas selecionadas estatisticamente, e foi realizada de julho a setembro, a sondagem, sob a supervisão técnica dos executivos Genoир Pierosan e Ocimar Melloni - Coordenadores da Coordenação de Relações de Trabalho e Emprego -, e teve por objetivo identificar lacunas e buscar alternativas para minimizar o pro-

cesso de relacionamento com a indústria, mas a utilização é mínima.

Esta Coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras, de responsabilidade do Centro da Indústria do Estado do Amazonas. Nesta edição contou com a colaboração de Alfredo MR Lopes. cieam@cieam.com.br

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

sim & não

PINGA FOGO

 Co-autor de lei complementar que agregou Manacapuru, Autazes, Careiro Castanho, Silves e Itapiranga à Região Metropolitana de Manaus, o deputado Belarmino Lins (PMDB) está em ação para incluir esses municípios no Projeto de Lei da presidente Dilma que estende os benefícios da ZFM à região.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

AMAZÔNIA

Definidos projetos no âmbito do Capda

Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Biotecnologia e Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia foram as três áreas estratégicas definidas pelo Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia (Capda) para receber os recursos provenientes do fundo CTF-Amazônia até 2015. As diretrizes foram aprovadas durante a 42ª Reunião Ordinária, realizada esta semana, na sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Em cada uma das três áreas foram definidos temas que serão trabalhados nos editais dos próximos três anos, sendo que, a cada ano, haverá temas prioritários. "Essas deliberações são fundamentais para evitar a pulverização dos recursos, estruturando linhas fortes de atuação", observa Ana Lúcia Assad. Na área de TIC, foram estabelecidos os temas: displays, softwares e semicondutores, com prioridade para os dois últimos em 2013. Em Biotecnologia: fitoterápicos, fármacos, cosméticos e diagnóstico molecular, com ênfase nos três primeiros temas em 2013. E em Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia: produção sustentável, redução de desmatamento, tratamento de resíduos, efluentes, água e solo, energias renováveis e redes elétricas inteligentes, com prioridade no primeiro tema para este ano.

Deduzidos os pagamentos de projetos anteriores, o Capda terá recursos de R\$ 9,84 milhões, dos quais ficou estabelecido pelo Comitê, em princípio, o montante de R\$ 2,83 milhões para TIC e a quantia de R\$ 3,45 milhões tanto para Biotecnologia, quanto para biodiversidade e sustentabilidade da Amazônia.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

Governo concentrado no ICMS de 4%

Assim está o Governo Federal, que esta semana fará aproximações com secretários de Fazenda

BRASÍLIA (AE) - O governo fará um esforço concentrado na próxima semana para tentar fechar uma proposta de consenso com os governos dos Estados que permita a aprovação do projeto de unifi-

cação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual em 4%.

O secretário executivo do Mi-

próxima semana com os secretários de Fazenda dos Estados, e os relator da resolução que unifica a alíquota, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e da medida provisória (MP) que cria os

Fundos de Compensação e de Desenvolvimento Regional, senador Walter Pinheiro (PT-BA).

A ideia é ouvir sugestões e aperfeiçoar a proposta que foi

enviada ao Congresso. Delcídio

guerra fiscal

O Governo Federal apresentou à CAE do Senado proposta de resolução sobre ICMS interestadual unificado em 4%, sob a justificativa de que com essa medida, num horizonte de 12 anos, conseguirá colocar um ponto final da chamada "guerra fiscal" existente no País.

e Pinheiro pretendem apresentar os relatórios na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado no dia 16. As bancadas do PTB, PR, PSC e PPL apoiam a proposta. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já admitiu aumentar o prazo de transição para a unificação de alíquota, que é de 12 anos. É uma das reivindicações dos governos estaduais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas encontra em São Paulo a maior resistência.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

Reforma do ICMS põe em cheque economia amazonense - Parte I

De acordo com a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (Cae), a reforma do ICMS (imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), o de maior importância em relação à arrecadação tributária dos estados, tem como fundamentos: a) Reduzir a alíquota (percentual de incidência) interestadual; b) Compensar os estados que perderem receita no período de transição da reforma via FCR (Fundo de Compensação de Receitas); c) Criar o FDR – Fundo de Desenvolvimento Regional, como instrumento de promoção do desenvolvimento em substituição ao que foi o ICMS; d) Realizar acordo de “convalidação”, ou seja, para tornar eficaz o novo ato jurídico tendo em vista elidir possíveis incertezas futuras no tocante à nova forma de tributação.

São muito fortes as divergências quanto à fixação das alíquotas. No Sul e Sudeste (estados “mais avançados”), menos Espírito Santo deverá chegar a 4% logo em 2016. No Norte, Nordeste, Centro-Oeste, mais Espírito Santo (estados “menos avançados”) as alíquotas convergiriam de 7% em 2018 a 4% a partir de 2022. Diante do impasse, o governo Federal advoga uma solução meio termo: fixar a alíquota em 4%, para vigorar nos próximos três anos (na maioria das transações), ou uma transição com base numa alíquota de 4% a viger por 12 anos sobre operações processadas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o Sul e Sudeste.

O argumento do Ministério da Fazenda em favor do novo sistema do ICMS apoia-se nos resultados dos debates no Confaz (Conselho de Política Fazendária) que

Osiris
Silva

E-MAIL:
OSIRISASILVA@
GMAIL.COM



apontaram a alíquota de 4% como possivelmente consensual. Segundo o MF, neste nível haverá redução da demanda por incentivos estaduais, aumentando a arrecadação global dos estados; será reduzida a geração de créditos tributários e, portanto, os investimentos e as exportações sairão beneficiados; e, por fim, será simplificada a administração tributária pelos estados e empresas.

O Estado do Amazonas reivindica excepcionalizar a Zona Franca de Manaus do regime tributário previsto na Reforma. Propõe alíquota fixa de 12% incidente sobre as operações aqui processadas. Governo do estado, Suframa e entidades representativas da classe, à frente Fieam, Cieam e Aca, são taxativos: o Amazonas contabilizará perdas

extraordinárias de receita caso o Projeto de Resolução 001/13 que unifica em 4% a alíquota do ICMS, não diferencie a ZFM. Há respaldo legal nesse sentido a partir do DL 288/67, legislação complementar e o Art. 15, da Lei Complementar n. 24/75, que assim determina: O disposto nesta Lei não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus, sendo vedado às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo Estado do Amazonas.

Durante a audiência pública na Cae, o governador Omar Aziz foi taxativo. Demonstrou que a perda das vantagens competitivas da ZFM ante a possibilidade de unificação da alíquota do imposto deverá gerar prejuízo na

arrecadação estadual da ordem de 77%. Um desastre, levando-se em conta que a área metropolitana de Manaus concentra cerca de 82% da economia do estado. Segundo dados do Ibge, o Pib amazonense tem a seguinte distribuição setorial: Agropecuário: 3,6%; Indústria: 69,9% e Serviços: 26,5%. Características de uma economia extremamente frágil, face à forte dependência em relação ao PIM (Polo Industrial de Manaus) e a inexpressividade do setor primário. O interior, que concentra 49,4% da população estadual, não gera emprego e renda suficiente para elevar seu status econômico ante o conjunto da economia amazonense. É, com efeito, dramática a situação do Amazonas no contexto da reforma do ICMS promovida pelo governo Federal.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

Governo fará esforço concentrado para resolver impasses da unificação do ICMS

O governo fará um esforço na próxima semana para tentar fechar uma proposta de consenso com os Estados que permita a aprovação do projeto de unificação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) interestadual em 4%. O secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, fará reuniões ao longo da próxima semana com os secretários de Fazenda dos Estados e os relatores da resolução que unifica a alíquota, senador Delcídio Amaral (PT-MS), e da medida provisória (MP) que cria os Fundos de Compensação e de Desenvolvimento Regional, senador Walter Pinheiro (PT-BA). A ideia é ouvir sugestões e aperfeiçoar a proposta que foi enviada ao Congresso no fim de 2012. Delcídio e Pinheiro pretendem apresentar os relatórios na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado no próximo dia 16. O presidente da CAE, Lindbergh Faria (PT/RJ), disse que a proposta irá para votação na mesma semana.

CGCOM / Suframa

15

anos é o prazo de transição para a unificação de alíquota, que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já admitiu aumentar.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

Líderes do PIM desmentem paulistas

() Indústria do Amazonas questiona pressão nacional contra ZFM. Líderes rebatem críticas de estados da região Norte sobre concentração de benefícios*



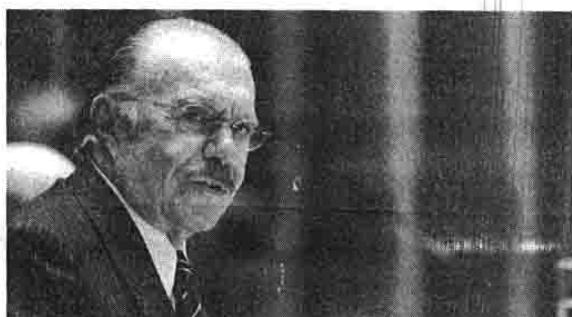
As declarações de senadores da Região Norte criticando o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) e alegando que ela concentra todo o desenvolvimento regional em uma única cidade repercutiu na indústria do Amazonas. Thomaz Nogueira, superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), disse que a autarquia federal sempre apoiou as iniciativas que resul-

tam em avanços para Amazônia e aplicou R\$ 670 milhões de recursos próprios em outros Estados da região nos últimos 10 anos.

Nogueira também admitiu que a Suframa está estudando a proposta das Áreas de Livre Comércio (ALCs) terem orçamento próprio. Romero Jucá (de Roraima), líder do PMDB no Senado, defendeu que deveriam ser criados satélites da

Zona Franca com orçamento próprio. Segundo o senador de Roraima, que se declara apoiador da Zona Franca, o desenvolvimento da região está limitado a Manaus e é preciso que eles cheguem a todos os estados da Amazônia Ocidental. O senador do Acre, Sibá Machado (PT), apoiou Jucá, apontando que todos os estados da região passam por essa situação.

Sarney mete o bedelho



Os senadores também destacaram que o modelo original da ZFM deveria beneficiar

todos os estados da região. Segundo eles deveria haver projetos para que em Manaus

ficassem sediadas as indústrias finais; enquanto nos demais fossem criadas zonas para abrigar indústrias de componentes, para que os demais estados não sejam prejudicados pela concorrência do Polo Industrial de Manaus (PIM). Os senadores defendem também a Projeto de Emenda Constitucional (PEC), de autoria do senador José Sarney, que estende os incentivos fiscais de Manaus a todas as ALCs e à Amazônia Ocidental pelo igual período de 50 anos que busca a Zona Franca de Manaus.

Manaus, quarta-feira, 27 de março de 2013.

Líderes do PIM desmentem paulistas (continuação)

Área de abrangência

“Não há como dizer que os recursos do PIM ficam apenas na cidade de Manaus”, disse Thomaz Nogueira. O titular da Suframa defendeu-se das afirmações, justificando que a autarquia sempre buscou parcerias com os demais governos estaduais que compõem sua área de abrangência. “Investimos nessa área com orçamento da Suframa, convênios e com as taxa de serviços administrativos, abastecemos

uma conta do governo federal que corresponde a praticamente 25% do País, com mais de 150 municípios.

O superintendente também disse não acreditar que os outros Estados do Norte se colocarão contra a Zona Franca. “Não entendemos por que algum Estado da região se colocaria contra o modelo (ZFM). Só estão buscando estender os benefícios das ALCs”, comentou.

Governo federal omisso

Segundo Wilson Périco, presidente da Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), quem não está fazendo seu papel é o Governo Federal. Périco explicou que a Suframa recolhe 1,99% do faturamento das empresas como taxa administrativa e que é esse dinheiro que deveria ser utilizado para ajudar no desenvolvimento da região Norte. “Dentro do papel teórico da Suframa existe essa questão desenvolvimentista. Mas acontece que o recurso não está ficando em posse da Suframa”.

Périco também questiona a real intenção dos demais senadores da região. “Estão sendo oportunistas. Se tem uma pessoa que é da região Norte do país que não percebe a importância do modelo ZFM para região, é uma visão míope”, criticou. O presidente da Cieam também aproveita para pedir mais posicionamento do Senado. “Não é direito desrespeitar a Constituição Federal. Eles como senadores deveriam saber disso e cobrar que se respeite a Constituição”, apontou.